

LEI COMPLEMENTAR Nº 693, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011



Disciplina a fixação de regras de jornada de trabalho e horários de funcionamento e atendimento dos órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Município de Ourinhos do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 21 de fevereiro de 2011 e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar disciplina a fixação de regras de jornada de trabalho e horários de funcionamento e atendimento dos órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Município de Ourinhos do Estado de São Paulo.

Art. 2º A jornada máxima de trabalho dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo é de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º O servidor cedido para outro órgão ou entidade da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou entidade de caráter filantrópico e sem fins lucrativos que atue em atividade supletiva do Poder Público Municipal, mediante convênio, com ônus para o Município, estará submetido à jornada máxima de trabalho a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º Os servidores contratados por prazo determinado sujeitar-se-ão às normas contidas no edital do respectivo processo seletivo e no contrato de prestação de serviço bem como às necessidades peculiares do órgão em que estiver lotado.

Art. 3º Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão deverão estar à disposição da Administração Pública Municipal a qualquer tempo, quando de sua convocação pelo Gabinete, Secretário da Pasta ou seu superior imediato.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput deste artigo implicará em descumprimento de dever funcional, tanto por parte do Secretário da Pasta, quanto pelos demais servidores.

Art. 4º Os serviços públicos municipais de natureza essencial continuarão sendo prestados de acordo com a demanda.

Art. 5º As Secretarias Municipais poderão adotar horários diferenciados e especiais se necessário ao bom funcionamento e prestação dos serviços públicos, na forma regulamentar.

Art. 6º Os órgãos da Administração Municipal, em função das especialidades dos serviços públicos que prestam, organizarão as suas atividades visando a adoção das medidas constantes desta Lei Complementar sem prejuízo da produtividade, qualidade e eficiência.

Art. 7º O Poder Executivo fixará via Decreto as regras e critérios gerais de jornadas de trabalho e eventuais diferenciações, seu controle, fiscalização, ocorrências de alterações, bem como apuração de frequência e registro de ponto, horários de funcionamento interno e de expediente para atendimento ao público.

Art. 8º As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 24 de fevereiro de 2011.

TOSHIO MISATO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

ANDRÉ LUÍS CAMARGO MELLO
Secretário Municipal de Administração

Visualizar Ato na Íntegra: [Lei complementar nº 693/2011 - Ourinhos-SP](http://leismunicipais.com.br)